O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As disposições do artigo 4.º, n.ºs. 2.º e 3.º, do decreto de 30 de dezembro de 1890 são applicadas, por identidade de razão, a todos os magistrados qualquer que seja a sua categoria, incluindo, portanto, aquelles que se encontram ou forem collocados no quadro sem exercício, mas com vencimento, e bem assim a todos os demais funcionarios e empregados dependentes do Ministerio da Justiça.

§ unico. Exceptuam-se somente os juizes que percebem ainda vencimentos reduzidos, anteriores aos fixados no decreto de 29 de março de 1890.

Art. 2.º Os magistrados, funcionarios e empregados a que se refere o artigo anterior perdem todo o ordenado que, estando ausentes do serviço por qualquer motivo, exercerem sem autorização legal, ou sem incumbencia do Ministerio da Justiça, quaesquer funcções remuneradas ou profissões ou empregos lucrativos.

§ unico. Para a applicação do disposto neste artigo é indispensavel a audiencia previa do funcionario infractor.

Art. 3.º Quando um funcionario vencer ordenado de categoria e gratificação de exercício, e estiver temporariamente ausente do seu logar, a gratificação pertencerá a quem o substituir no exercício das suas funcções, e o terço do seu ordenado, se o perder, reverterá a favor do Estado.

Art. 4.º Este decreto entra immediatamente em vigor e será sujeito a apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 18 de novembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas seguintes

Novembro 17

Bacharel Vicente Dias Ferreira, juiz de direito de 1.ª classe — collocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício mas com vencimento, ficando sem effeito o decreto que o collocava na comarca de Bragança. (Tem o visto do Tribunal de Contas, de hoje).

Novembro 18

Portaria nomeando uma comissão, composta do reitor do Lyceu Passos Manuel, Alberto Ferreira Vidal; do presidente da Camara Municipal de Lisboa, director do *Archivo Historico*, Anselmo Braamcamp Freire; do professor do Lyceu da Lapa, Adolfo Senna; do professor da Escola Polytechnica, Almeida Lima; do conservador do Museu Bocage, Antero de Seabra; dos professores do Lyceu Camões, Antonio Aurelio da Costa Ferreira e Antonio Machado; dos professores da Escola Polytechnica, Antonio Xavier Pereira Coutinho e Baltazar Osorio; do inspector das bibliotecas, Gabriel Pereira; do director do Museu Ethnologico, José Leite de Vasconcellos, comissão encarregada de examinar urgentemente as collecções scientificas e a biblioteca existentes no Collegio de Campolide, pertencente ao Estado, classificando o que encontrar digno de aproveitamento e propondo ao Ministerio da Justiça o destino a dar a esses objectos e livros, como entenderem mais util ao progresso da sciencia e ao enriquecimento das collecções, museus e bibliotecas de Lisboa.

Portaria, encarregando o juiz da comarca de Cintra, bacharel Abel Franco, de proceder ao arrolamento dos bens da Quinta do Bom Despacho, na freguesia de S. Pedro de Cintra, impondo sellos e tomando as devidas providencias para a conservação e guarda dos mesmos bens.

Portaria encarregando o juiz da comarca de Pombal, bacharel João Ribeiro da Costa, de serviço analogo ao indicado em portaria anterior, com relação aos bens existentes no convento do Lourical, da mesma comarca.

Portaria dispensando o bacharel Joaquim de Almeida Novas do arrolamento dos bens da Casa Real e Casa de Bragança, em Lisboa, e encarregando d'esse serviço o juiz addido á magistratura, bacharel Francisco de Campos Ferreira Lima (antigo Visconde de Ferreira Lima).

Bacharel Manuel Thomás de Sousa Moreira Pereira Pimenta de Castro, sub-delegado do procurador da Republica em Vianna do Castello, exonerado como requereu. Francisco Luis da Costa, juiz de paz em S. João da Madeira, comarca de Oliveira de Azemeis — exonerado. Doralino Alves da Silva Larangeira — nomeado para aquelle logar.

José Alves Martins, juiz de paz em Pinheiro da Bemposta, comarca de Oliveira de Azemeis — exonerado.

Balthar Henriques Martins — nomeado para aquelle logar. Antonio José Ferreira, juiz de paz em Oliveira de Azemeis — exonerado.

Antonio José Alves Moreira — nomeado para aquelle logar. Antonio José Ferreira de Almeida, juiz de paz em Cocujães, comarca de Oliveira de Azemeis — exonerado.

João Pinto Bessa — nomeado para aquelle logar.

José Olimpio Dias Antunes — declarada sem effeito a sua nomeação de juiz de paz em Belmonte, comarca da Covilhã.

Antonio da Silva Leal, juiz de paz em Nevogilde, comarca de Lousada — exonerado.

Luis Venancio Torres Leão — nomeado para aquelle logar.

Antonio José Ramos Faisca Caimoto, juiz de paz em Alcoutim, comarca de Villa Real de Santo Antonio — exonerado.

Francisco Martins Simões — nomeado para aquelle logar.

Francisco José Vaz da Silva, escrivão de paz em Cocujães, comarca de Oliveira de Azemeis — exonerado.

Domingos Fernandes Valença — nomeado para aquelle logar.

Exonerados todos os juizes de paz e respectivos substitutos dos districtos da Ajuda, Anjos, Bemfica, Campo Grande, Carnide, Lumiar, Mercês, Olivias, Pena, Sacramento, Santa Engracia, Santa Isabel, Santa Justa, Santo Estevam, Santos, S. Mamede, S. Paulo e Sé, da comarca de Lisboa, e nomeados os seguintes cidadãos:

Ajuda

Juiz, Julio Alfredo Gaieiras.
Substituto, Silverio Antonio Pereira Junior.

Anjos

Juiz, Plinio Samuel da Silva.
Substituto, Ricardo dos Santos Covões.

Bemfica

Juiz, José Dias Leandro.
Substituto, Antonio Rodrigues dos Santos Junior.

Campo Grande

Juiz, José da Silva Moura.
Substituto, José Augusto Mendes.

Carnide

Juiz, José Faustino Rebello.
Substituto, José Diniz.

Lumiar

Juiz, Ernesto Augusto de Pina Monteiro.
Substituto, Francisco Gonçalves Caldeira.

Mercês

Juiz, Antonio José Correia.
Substituto, Luis Julio da Cruz.

Olivias

Juiz, José Rodrigues Valente Perfeito.
Substituto, Manuel Martins Alves.

Pena

Juiz, Julio Maria de Sousa.
Substituto, Joaquim Rodrigues Simões.

Sacramento

Juiz, Luis Branquinho Junior.
Substituto, Antonio Lopes Duarte.

Santa Engracia

Juiz, José Joaquim Duarte.
Substituto, Manuel Gomes Duarte.

Santa Isabel

Juiz, Viriato Angelo.
Substituto, Eduardo Teixeira.

Santa Justa

Juiz, Manuel Caetano Alves.
Substituto, Antonio Mateus Pereira Junior.

Santo Estevam

Juiz, Manuel Marques.
Substituto, José Joaquim Ribeiro.

Santos

Juiz, Agostinho Manuel de Sousa.
Substituto, Antonio dos Santos Tavares de Macedo.

S. Mamede

Juiz, Joaquim Roque da Fonseca.
Substituto, José Maria de Sousa.

S. Paulo

Juiz, Francisco da Silva Nogueira.
Substituto, José Christovam Junior.

Sé

Juiz, Guilherme Henrique de Sousa.
Substituto, Polycarpo Salvador de Almeida.

Exonerados os juizes de paz e respectivos substitutos dos districtos de Campanhã, Bomfim, Paranhos, Santo Ildefonso, Sé, Massarellas, Victoria, Foz, Ramalde e Cedofeita, e nomeados os seguintes cidadãos:

Campanhã

Juiz, Valentim Pinto Ferreira.
Substituto, Francisco da Silva Ferreira.

Bomfim

Juiz, Rodrigo Antonio Ferreira Dias.
Substituto, José Ribeiro Baltar.

Paranhos

Juiz, Manuel Duarte Ferreira.
Substituto, Alirio Baptista Barros.

Santo Ildefonso

Juiz, Antonio Pinto de Oliveira.
Substituto, Antonio Pinto Carneiro Basto.

Massarellas

Juiz, Antonio Gonçalves Regufe.
Substituto, Albertino do Carmo Fernandes.

Sé

Juiz, Dionisio Ferreira dos Santos Silva.
Substituto, Manuel Eduardo Ferreira Brandão.

Cedofeita

Juiz, José Madeira Marques.
Substituto, Luis Martins.

Victoria

Juiz, Francisco Henriques Castanheira.
Substituto, Francisco Alves Pena.

Foz

Juiz, Arnaldo Amorim de Carvalho.
Substituto, Bento José Pereira da Cunha.

Ramalde

Juiz, Antonio de Paiva Ranito.
Substituto, Placido Antonio Pereira.

Direcção Geral da Justiça, em 18 de novembro de 1910. — O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Tribunal de Verificação de Poderes. — Ex.º Sr. Ministro do Interior. — Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª a inclusa proposta e accordão do Tribunal de Verificação de Poderes, elaborada em conformidade da lei e praxe invariavelmente seguida pelo mesmo Tribunal, referente ás despesas feitas com o serviço eleitoral, as quaes perfazem o total de 2:585\$315 réis, para que V. Ex.ª se digne ordenar o seu pagamento. — Saude e Fraternidade.

Presidencia do Supremo Tribunal de Justiça, em 18 de outubro de 1910. — Ex.º Sr. Ministro do Interior. — Pelo Presidente, *João Baptista Dias de Oliveira*.

Ministerio do Interior. — 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica. — Ex.º Sr. — Em cumprimento da determinação nelle exarada, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.ª o incluso processo referente ás despesas feitas com o serviço eleitoral pelo recente Tribunal de Verificação de Poderes. — Saude e Fraternidade.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 25 de outubro de 1910. — Ex.º Sr. Director Geral da Contabilidade Publica. — *Manuel Maria da Silva Bruschy*.

Em conformidade com o que se tem feito nos annos anteriores, venho propor ao Tribunal de Verificação de Poderes, por ser lei (artigo 99.º, § 8.º, do decreto eleitoral de 8 de agosto de 1901 e regulamento d'este tribunal de 1887, 1895, 1899, 1901 e 1906, artigo 20.º), que arbitre:

Aos juizes do Tribunal da Relação do Porto, Joaquim Antonio Coelho da Rocha e Alexandre Barbosa de Mendonça, a mesma remuneração dos annos anteriores, á razão de 9\$000 réis por dia, o que em trinta dias de serviço, a contar de 3 do mês findo até hoje, perfaz a quantia de 540\$000 réis para os dois;

Aos juizes que procederam aos inqueritos ordenados por este tribunal, cujos relatorios, nota dos dias de serviço e despesas extraordinarias foram por elles enviados a este tribunal, a quantia de 505\$355 réis;

Aos empregados d'este tribunal, que durante dias e noites consecutivas, incluindo domingos e feriados, tiveram que comparecer no tribunal, para que o serviço pesado e urgente não soffresse a mais leve demora no seu andamento, em vista do curto espaço de tempo que para o mesmo havia, a quantia de 992\$000 réis;

Para despesas de expediente do mesmo tribunal e secretaria, conforme a conta que me foi apresentada, a quantia de 67\$510 réis.

Com relação aos inqueritos a que este tribunal mandou proceder, e cujos relatorios e contas ainda não foram remetidos, propõe que, quando venham, se pague esse serviço á razão de 6\$000 réis por dia, conforme se computaram os acima liquidados, alem de despesas extraordinarias que, porventura, apresentem documentadas.

Attendendo a que, na conformidade da lei e da praxe invariavelmente seguida, o Tribunal de Verificação de Poderes sempre tem arbitrado, e o Governo tem approved e pago a conta apresentada, proponho ao tribunal que, por seu accordão a arbitre.

Presidencia do Tribunal de Verificação de Poderes, 8 de outubro de 1910. — *Thomás Nunes de Serra e Moura*.

Acordam os do Tribunal de Verificação de Poderes: Que se conformam com a proposta apresentada pelo juiz presidente, de harmonia com a lei, justiça e praxe sempre seguida, quer pelo que diz respeito aos juizes do Tribunal da Relação do Porto, Joaquim Antonio Coelho da Rocha e Alexandre Barbosa Mendonça, quer quanto aos juizes que, por delegação do tribunal, procederam aos inqueritos, pelo mesmo ordenados, e ainda relativamente aos empregados que serviram na organização e todo o movimento do grande numero de processos e documentos